



RELAÇÕES EXTERIORES

Planalto acusa Trump de tentar interferir na eleição

Governo diz que EUA usaram falsas alegações para revogar visto da embaixadora brasileira em Washington, ressalta a "escalada deliberada de medidas hostis" ao país e enfatiza que decisão tem o "interesse descabido" de influenciar o pleito de outubro

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» ARMANDO HOLANDA

O governo brasileiro repudiou a decisão dos Estados Unidos de revogar o visto da embaixadora do Brasil em Washington, Maria Luiza Viotti, e classificou como "falsas" as alegações do Departamento de Estado norte-americano para tomar a medida. A gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva também acusou a administração Donald Trump de tentar interferir nas eleições brasileiras, nas quais o chefe do Planalto tentará a recondução.

"A decisão de hoje (ontem) não é um fato isolado. Faz parte de uma escalada deliberada de medidas hostis ao Brasil, motivadas por razões ideológicas incompatíveis com uma parceria bilateral que sempre foi pauta da pelo respeito mútuo. Fica óbvio também o interesse descabido de interferir na próxima eleição para presidente", enfatizou a nota divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Os EUA cancelaram o visto de Viotti sob a justificativa de que o Brasil demorou para conceder o agrément — autorização diplomática — para a nomeação de Daniel Perez como embaixador norte-americano em Brasília. Ele foi indicado pela Casa Branca em 1º de junho deste ano, foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado e deve ser submetido ao plenário nesta semana. O nome do republicano não foi comunicado previamente ao Itamaraty, como prevê a tradição diplomática.

A medida contra Viotti também foi uma retaliação à decisão do Brasil de negar vistos a dois diplomatas americanos. Em julho, o Ministério das Relações Exteriores proibiu a entrada no país de Riley Barnes e Samuel Samson, que viriam ao Brasil, supostamente, observar as eleições. A gestão Lula avaliou, no entanto, que os dois viriam atacar o sistema eleitoral.

Em relação a Perez, a nota do Planalto frisou que o Brasil "segue estritamente o direito internacional". "Não há regra na Convenção de Viena estipulando prazo para a concessão do agrément. O pedido norte-americano ainda se encontra em análise", justificou.

O Planalto também destacou que os Estados Unidos não cumpriram a prática da confidencialidade ao ter anunciado o nome do cotado a embaixador antes de acabar o processo de anuência pelo Brasil.

"O processo de concessão de agrément é confidencial e o nome designado só deveria

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



A embaixadora Maria Luiza Viotti não foi expulsa, mas se deixar os Estados Unidos não poderá retornar, porque o visto foi cancelado

Memória

Reações às ofensivas americanas

Quando estive na Casa Branca, em maio, o presidente Lula disse ter entregue ao presidente Donald Trump uma lista de autoridades públicas, entre elas ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal (STF), que tiveram vistos revogados nos meses anteriores e nunca foram restabelecidos. Segundo Lula, não era a primeira vez que o apelo de restituição dos vistos era levado a Trump.

Nos meses recentes, também houve a expulsão do delegado Marcelo Ivo, então adido da

Polícia Federal junto à polícia migratória americana — o ICE, respondido pelo governo Lula com a expulsão de um policial americano que atuava em Brasília.

Outro caso recente que incomodou o Departamento de Estado foi a negativa para visitar o Brasil — e o ex-presidente Jair Bolsonaro — pedida por Darren Beattie, um expoente ideológico que atua como consultor sobre Brasil na diplomacia americana e foi assessor de Trump anteriormente.

vir a público depois de concedida a anuência, conforme estipula o artigo 4 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. O governo dos Estados Unidos anunciou publicamente o nome de seu candidato antes de apresentar o pedido formal de agrément ao governo brasileiro.

Sobre a negativa de vistos a

Barnes e Samson, o comunicado de ontem reiterou que os dois "planejavam visitar o país para colocar em dúvida a integridade do sistema eleitoral brasileiro, em tentativa inaceitável de interferir no processo político nacional".

A gestão Lula ainda aponta o fato de autoridades da República terem sofrido represálias dos Estados Unidos. "Vale



A decisão de hoje (ontem) não é um fato isolado. Faz parte de uma escalada deliberada de medidas hostis ao Brasil, motivadas por razões ideológicas"

Trecho da nota do Planalto

pontuou. Acrescentou que o governo brasileiro "não poupou esforços para resolver essas diferenças". "O próprio presidente Lula, em sua visita a Washington em maio último, entre outros assuntos, solicitou ao presidente Trump o levantamento das sanções individuais".

O Planalto fechou a nota destacando que "em linha com sua tradição diplomática, o governo brasileiro se opõe à lógica de confrontação e reitera a defesa do diálogo e da negociação em todas as suas relações internacionais".

Sem expulsão

O Departamento de Estado esclareceu que a medida não representa a expulsão de Viotti do território norte-americano. De acordo com o órgão, a embaixadora poderá continuar no país, embora seu visto tenha sido invalidado.

A pasta também informou que a autorização de entrada poderá ser restabelecida caso o governo brasileiro conceda o agrément necessário para a nomeação de Perez como embaixador dos EUA no Brasil.

Saiba mais

Atropelos do republicano

A embaixada americana em Brasília vem sendo chefiada por um encarregado de negócios, de forma interina, desde janeiro de 2025, quando Elizabeth Bagley, colaboradora de Joe Biden, encerrou sua missão. Em 1º de junho passado, o presidente Donald Trump escolheu o deputado da Flórida Daniel Perez para assumir a embaixada. O nome dele seguiu para aval do Senado americano e ainda não houve votação. O pedido de agrément ao Brasil — ou seja, a consulta formal a respeito da concordância do governo Lula sobre o escolhido — seria feito quase um mês depois, segundo pessoas a par do processo.

Após dois meses, o Itamaraty ainda não respondeu. Não existe um prazo formal para que um governo se posicione sobre o pedido de agrément feito por outro país. Mas, na diplomacia, uma demora excessiva, de muitos meses, costuma ser entendida como uma objeção clara. Isso pode causar mal-estar diplomático e levar à troca do nome escolhido ou à decisão de deixar a embaixada sem um chefe de missão.

A decisão de Trump de publicar sua escolha antes de consultar o governo brasileiro não foi caso isolado. Desde que retornou à Casa Branca, em janeiro de 2025, o republicano já havia feito indicações de embaixadores, até por meio das redes sociais e à revelia da concordância de outros governantes — diversos deles na América Latina. Logo após a posse, ele usou a rede Truth Social para listar seus indicados na região.

Ao contrário do que fez agora com o governo Lula, Trump consultou previamente, como determinam as práticas e regras diplomáticas, o então governo Jair Bolsonaro, em 2019, antes de indicar oficialmente seu escolhido como embaixador para o Brasil. O "atropelo" na indicação de seu novo representante em Brasília incomodou o governo Lula.

Na ocasião, o diplomata de carreira Todd Chapman, escolhido por Trump, recebeu o aval prévio do Itamaraty em outubro de 2019. O nome dele vazou dias antes na imprensa, enquanto o processo de consulta ao governo brasileiro corria em segredo.

Sergio Lima / AFP



José Múcio disse que o Brasil não tem condição de fazer frente aos EUA

“Abrir o portão” se EUA atacarem

» PEDRO JOSÉ*
» RENATO SOUZA

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmou que o Brasil não teria condições militares de resistir a uma eventual invasão dos Estados Unidos. A declaração foi dada ontem, durante um evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao pregar a necessidade de ampliar os investimentos nas Forças Armadas.

Ao comentar um cenário hipotético, José Múcio disse que o país não possui equipamentos militares compatíveis com uma potência como os Estados Unidos, tampouco teria recursos para

reparar os danos provocados por um eventual conflito.

"Temos que abrir o portão. O Brasil não tem equipamento para enfrentá-lo, nem tem dinheiro para consertar o portão", afirmou.

Segundo José Múcio, a comparação serviu para ilustrar a importância de garantir maior previsibilidade orçamentária ao setor de Defesa. O ministro destacou que o Brasil destina aproximadamente 1% do Produto Interno Bruto (PIB) à área, percentual considerado inferior ao de diversos outros países.

Na avaliação do ministro, a limitação dos recursos compromete o planejamento de longo prazo, dificulta a modernização das Forças

Armadas e reduz a capacidade de aquisição de novas tecnologias e equipamentos estratégicos.

José Múcio ressaltou que o fortalecimento da Defesa não deve ser entendido como incentivo a conflitos, mas como uma ferramenta de dissuasão e de desenvolvimento tecnológico. "Investir em defesa é como um plano de saúde. A gente escolhe o melhor, torcendo para não precisar usar", declarou.

As declarações ocorreram no mesmo dia em que teve início a operação Panamax 26, exercício militar multinacional na região do Canal do Panamá. A iniciativa reúne forças armadas de 18 países, entre eles o Brasil, e ocorre entre 4 e 13 de agosto.

Segundo o Exército dos EUA, o treinamento visa fortalecer a cooperação entre os países participantes no combate ao narcoterrorismo e na promoção da estabilidade regional. Tradicionalmente realizado em parceria entre EUA e Panamá, o exercício ganhou, nesta edição, a participação ampliada de outras nações.

As falas de José Múcio causaram reações nos bastidores do governo. No Planalto, a avaliação é de que a fala foi desnecessária, especialmente em um período em que o Executivo se esforça para recuperar as capacidades militares.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa